



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXV - Nº 011 - SEXTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Nº 12.233, de 5 de maio de 2010	01515
2 – ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 2010	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
Nº 220/2010, de 26 do corrente, informando a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2010-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011).	01526
2.2.2 – Discursos (Breves Comunicações)	
DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Defesa de solução que possibilite a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 300 e 308, em favor dos policiais, bombeiros militares e agentes penitenciários, de forma a priorizar a segurança pública.	01528
DEPUTADO NILSON MOURÃO – Crítica a uma possível negociação de armas atômicas entre os Governos de Israel e da África do Sul em 1975, denunciada pelo jornal O globo.	01528
DEPUTADO LUIZ COUTO – Posicionamento em defesa do retorno do Projeto Ficha Limpa ao Senado, para exame de dispositivo modificado pela Câmara dos Deputados.	01529
DEPUTADO ROSINHA – Crítica ao candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra.	01530
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Questionamento sobre a falta de segurança pública no Estado da Bahia. Manifestação de descontentamento com o comportamento do Governador do Estado perante a morte de um delegado de Polícia na cidade de Camaçari.	01531
DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Falta de equilíbrio entre Brasil, Argentina e outros países da América do Sul na política externa brasileira.	01531
DEPUTADO EDINHO BEZ – Projeto de Lei, de sua autoria, que transforma o Município de Imbituba, em Santa Catarina, na capital da Baleia Franca. Conscientização da sociedade acerca da importância da conservação do habitat desses animais.	01533
DEPUTADO GILMAR MACHADO – Apelo pela aprovação do projeto que trata de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.	01533
DEPUTADO COLBERT MARTINS – Crítica à ofensa ao Presidente da República por Liderança do Democratas. Importância do Presidente Lula para o desenvolvimento do País. Defesa da candidata Dilma Rousseff à Presidência da República.	01534
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Luto do Estado da Bahia pela morte de um delegado de polícia na cidade de Camaçari. Falta de investimentos pelo Governo do Estado em segurança pública.	01535
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item único	
Projeto de Lei nº 3, de 2010-CN, que altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Retirado de pauta, após usarem da palavra os Deputados João Almeida, Gilmar Machado e Guilherme Campos.	01536
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Apelo ao Deputado João Almeida para a viabilidade de aprovação de matérias importantes na Casa. Referências sobre o pronunciamento do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.	01537
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Resposta ao Deputado Walter Pinheiro.	01538
DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Réplica ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.	01538

2.5 – Discurso encaminhado à publicação	
DEPUTADO <i>IRAN BARBOSA</i> – Saudação e cumprimentos ao Ouvidor Geral Nacional da OAB, Henri Clay Andrade.....	01541
3 – ENCERRAMENTO	
4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
Do Deputado Iran Barbosa, proferido em 20 de maio de 2010.....	01542

<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
5 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
7 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FE	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									230.000.000
		PROJETOS							
26 782	0663 1F40	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS							230.000.000
26 782	0663 1F40 0101	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							230.000.000
			F	4	1	90	0	100	230.000.000
TOTAL - FISCAL									230.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									230.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1027 PREVENCAO E PREPARACAO PARA DESASTRES									100.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1027 8348	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES							100.000.000
06 182	1027 8348 4003	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							100.000.000
			F	4	1	90	0	100	100.000.000
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUCAO									300.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							60.000.000
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							60.000.000
			F	3	1	90	0	100	50.000.000
			F	4	1	90	0	100	10.000.000
06 182	1029 4570	RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES							240.000.000
06 182	1029 4570 0103	RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							240.000.000
			F	3	1	90	0	100	80.000.000
			F	4	1	90	0	100	160.000.000
TOTAL - FISCAL									400.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	GR	RP	MOD	U	FE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA										730.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA								730.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL								730.000.000
			F	9	0	99	0	100		730.000.000
TOTAL - FISCAL										730.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										730.000.000

Ata da 10ª Sessão Conjunta, em 27 de maio de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Marco Maia

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 54 minutos, e encerra-se às 12 horas e 16 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Senhoras e dos Senhores Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

85ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Período : 26/5/2010 07:34:58 até 27/5/2010 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	MG	HELIO COSTA	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JÓRGE YANAI	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VIANA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCIO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SHLESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 68 Senadores

*O Seguinte o registro de comparecimento
das Sras. e dos Srs. Deputados:*

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 28/05/2010
Hora: 18:17

53ª LEGISLATURA

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 010 - 27/05/2010

Início : 27/05/2010 10:54

Fim : 27/05/2010 12:17

Total de Presentes : 281

	Partido	Bloco
RORAIMA		
005 - Maria Helena	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
007 - Neudo Campos	PP	
Presentes Roraima: 2		
AMAPÁ		
010 - Daví Alcolumbre	DEM	PsbPCdoBPmnPrb PmdbPtc PsbPCdoBPmnPrb PmdbPtc
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
016 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Jurandil Juarez	PMDB	
015 - Lucenira Pimentel	PR	
Presentes Amapá: 6		
PARÁ		
019 - Beto Faro	PT	PSDB
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
030 - Paulo Rocha	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
Presentes Pará: 5		
AMAZONAS		
036 - Marcelo Serafim	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
039 - Silas Câmara	PSC	
Presentes Amazonas: 2		
RONDONIA		
047 - Anselmo de Jesus	PT	PsbPCdoBPmnPrb
044 - Ermandes Amorim	PTB	
046 - Mauro Nazif	PSB	
Presentes Rondonia: 3		
ACRE		
055 - Gladson Cameli	PP	PsbPCdoBPmnPrb
057 - Nilson Mourão	PT	
059 - Sergio Petecão	PMN	
Presentes Acre: 3		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	PsbPCdoBPmnPrb
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	

	Partido	Bloco
TOCANTINS		
063 - Lázaro Botelho	PP	
066 - Nilmar Ruiz	PR	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPtc
Presentes Tocantins: 6		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
071 - Davi Alves Silva Júnior	PR	
072 - Domingos Dutra	PT	
077 - Julião Amin	PDT	
078 - Nice Lobão	DEM	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
085 - Sarney Filho	PV	
575 - Zé Vieira	PR	
Presentes Maranhão: 11		
CEARÁ		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
091 - Eudes Xavier	PT	
094 - Flávio Bezerra	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
103 - José Guimarães	PT	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc
106 - Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc
Presentes Ceará: 12		
PIAUÍ		
113 - Antonio José Medeiros	PT	
109 - Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
566 - José Maia Filho	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PTB	
599 - Themístocles Sampaio	PMDB	PmdbPtc
Presentes Piauí: 8		
RIO GRANDE DO NORTE		
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 5		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
133 - Luiz Couto	PT	
550 - Major Fábio	DEM	
132 - Rômulo Gouveia	PSDB	
Presentes Paraíba: 4		
PERNAMBUCO		
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
587 - Charles Lucena	PTB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	
141 - Fernando Ferro	PT	
570 - Fernando Nascimento	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
145 - Inocêncio Oliveira	PR	
149 - José Mendonça Bezerra	DEM	
138 - Maurício Rands	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	PmdbPtc
155 - Raul Jungmann	PPS	
Presentes Pernambuco: 13		
ALAGOAS		
531 - Augusto Farias	PTB	
165 - Carlos Alberto Canuto	PSC	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPtc
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc
Presentes Alagoas: 5		
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
177 - Iran Barbosa	PT	
176 - Jerônimo Reis	DEM	
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	DEM	
191 - Félix Mendonça	DEM	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
199 - João Leão	PP	
201 - Jorge Khoury	DEM	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	

	Partido	Bloco
BAHIA		
197 - José Carlos Araújo	PDT	
203 - José Rocha	PR	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
182 - Luiz Bassuma	PV	
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPtc
200 - Marcos Medrado	PDT	
208 - Maurício Trindade	PR	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
211 - Roberto Britto	PP	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PSC	
216 - Tonha Magalhães	PR	
523 - Uldurico Pinto	PHS	
219 - Veloso	PMDB	PmdbPtc
218 - Walter Pinheiro	PT	
Presentes Bahia: 28		
MINAS GERAIS		
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
232 - Bilac Pinto	PR	
235 - Ciro Pedrosa	PV	
231 - Edmar Moreira	PR	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
241 - George Hilton	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
234 - Gilmar Machado	PT	
240 - Jaime Martins	PR	
518 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
577 - Marcos Lima	PMDB	PmdbPtc
257 - Marcos Montes	DEM	
267 - Mário Heringer	PDT	
262 - Miguel Martini	PHS	
598 - Paulo Delgado	PT	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc
590 - Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc
Presentes Minas Gerais: 27		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Camilo Cola	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
576 - Capitão Assunção	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
276 - Jurandy Loureiro	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc
275 - Manato	PDT	
Presentes Espírito Santo: 5		
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc
283 - Andreia Zito	PSDB	
286 - Arnaldo Vianna	PDT	
288 - Arolde de Oliveira	DEM	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	PmdbPtc
287 - Brizola Neto	PDT	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
289 - Chico D'Angelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
544 - Dr. Paulo César	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
301 - Felipe Bornier	PHS	
603 - Fernando Gonçalves	PTB	
303 - Filipe Pereira	PSC	
306 - Hugo Leal	PSC	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
310 - Jorge Bittar	PT	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc
322 - Rodrigo Maia	DEM	
321 - Silvio Lopes	PSDB	
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPtc
325 - Suely	PR	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 30		
SÃO PAULO		
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
333 - Antonio Bulhões	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PP	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
346 - Dimas Ramalho	PPS	
345 - Dr. Nechar	PP	
347 - Dr. Talmir	PV	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
586 - Fernando Chiarelli	PDT	
355 - Francisco Rossi	PMDB	PmdbPtc
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luíza Erundina	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
584 - Milton Vieira	DEM	
381 - Nelson Marquenezelli	PTB	
585 - Paes de Lira	PTC	PmdbPtc
373 - Paulo Maluf	PP	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
386 - Roberto Santiago	PV	
388 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Vadão Gomes	PP	
396 - Vicentinho	PT	
394 - Walter Ihoshi	DEM	
395 - William Woo	PPS	
Presentes São Paulo: 42		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc
605 - Chico Daltro	PP	
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
404 - Valtenir Pereira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Mato Grosso: 6		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	DEM	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PSC	
411 - Magela	PT	
412 - Rodovalho	PP	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
417 - Íris de Araújo	PMDB	PmdbPtc
418 - João Campos	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc
423 - Marcelo Melo	PMDB	PmdbPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PR	
Presentes Goiás: 9		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
595 - Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPtc
Presentes Mato Grosso do Sul: 4		
PARANÁ		
452 - Andre Vargas	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
457 - Cassio Taniguchi	DEM	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	PmdbPtc
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PMDB	PmdbPtc
469 - Takayama	PSC	
591 - Wilson Picler	PDT	
Presentes Paraná: 16		
SANTA CATARINA		
471 - Angela Amin	PP	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc
574 - Jorge Boeira	PT	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 8		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
502 - Paulo Roberto Pereira	PTB	
511 - Renato Molling	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 8		

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Sr^{as}. e Srs. Senadores e de 224 Sr^{as}. e Srs. Deputados.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Leitura do Expediente (art. 30 do RC).

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem) – Não há número regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT-RS) – Há para discussão, não há para votação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Gostaria de lembrar a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, na portaria do Senado, não há **quorum** e, na portaria da Câmara, também não.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Há 68 senadores registrados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – No Senado, não há **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – De qualquer maneira, se V. Ex^a pedir verificação para votação, vamos encerrar a sessão, se não houver

acordo para votação. Então, não vamos criar grandes delongas aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Era apenas um registro. Pode continuar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Diante disso, retiro a contradição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Dou publicidade à alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2010, do Congresso Nacional, enviado pelo Ex^{mo} Sr. Deputado Waldemir Moka ao Presidente da Câmara dos Deputados:

É o seguinte o ofício e anexo do cronograma:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 220/2010/CMO

Brasília, 26 de maio de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2010-CN (PLDO para 2011).

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Relatório Preliminar com emendas referente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 - Projeto de Lei nº 4/2010-CN – foi aprovado, pelo Plenário da CMO, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data.

Isso posto, encaminho, em anexo, adequação do cronograma de tramitação da referida matéria às normas constantes da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO**PLDO PARA 2011****CRONOGRAMA****ALTERADO 1**

01. Leitura em Sessão no Senado Federal 16/04/2010
02. Distribuição de Avulsos..... até 21/04/2010
03. Realização de Audiências Públicas..... até 28/04/2010
04. Apresentação do RELATÓRIO PRELIMINAR perante a Comissão..... até 17/05/2010
05. Apresentação de Emendas ao Relatório Preliminar..... de 19 a 21/05/2010
06. Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão..... 26/05/2010
07. Apresentação de Emendas ao PROJETO DE LEI..... de 27/05 a 05/06/2010
08. Publicação das Emendas até 10/06/2010
09. Relatório do Relator..... até 18/06/2010
10. Discussão e Votação do Relatório e das Emendas..... até 1º/07/2010
11. Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN..... até 6/07/2010

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG CN / ORIGEM	EMENTA	RELATOR
004/2010	026/2010 179/2010	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.	Sen. TIÃO VIANA (PT/AC)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II) - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/93

Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109

Consultoria de Orçamentos (SF) - 311-3318 e 311-3319

Avulso da matéria: Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional – 3311-4050

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Há uma lista de oradores inscritos para usar a palavra.

Com a palavra, então, o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta sessão do Congresso Nacional apenas para fazer um elogio ao Deputado Fernando Ferro pela iniciativa e pelo esforço de, juntamente com o Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, buscar encontrar uma alternativa para os policiais e bombeiros militares e também para os agentes penitenciários.

Há meses, essas categorias percorrem os corredores da Câmara dos Deputados na busca da aprovação da PEC nº 300, relativa aos integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, e da PEC nº 308, sobre os agentes penitenciários.

A PEC nº 300 já foi votada em primeiro turno. Falta apenas a votação dos destaques; a PEC nº 308 ainda precisa ser votada.

Todos aqui concordamos em que a segurança pública é prioritária para a Nação brasileira. Em qualquer cidade do País, a criminalidade avança para modalidades mais agressivas.

Visitei inúmeras penitenciárias do Brasil e sou testemunha do drama dos agentes penitenciários. Eles são mal qualificados e mal pagos para cuidar de quase 500 mil homens e mulheres encarcerados.

Dizemos sempre que é preciso priorizar a segurança pública, o que envolve uma série de políticas. O Presidente Lula tem tomado várias iniciativas nesse sentido, mas é preciso também cuidar da qualificação, das condições materiais e salariais desses servidores.

Acredito que, na próxima semana, encontraremos uma solução que possibilitará a aprovação das duas PEC, o que dará tranquilidade para que esses servidores possam prestar um serviço adequado à sociedade.

Sr. Presidente, na quarta-feira, numa sessão bastante tensa, V.Ex^a tomou a iniciativa de conduzir esse processo. Agora, depois da reunião do Colégio de Líderes realizada ontem, a questão caminha para um desfecho favorável, de forma a priorizar a segurança pública a partir da valorização dos policiais e bombeiros militares e dos agentes penitenciários.

Era o registro que gostaria de fazer nesta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Dando continuidade ao período de Breves Comunicações, chamo para fazer uso da palavra o Deputado Nilson Mourão. S.Ex^a tem o prazo máximo de 5 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados e Senadores aqui reunidos, no início desta semana, o jornal *O Globo* trouxe matéria que não pode passar despercebida por todos os homens e mulheres amantes da paz e da verdade.

Noticiou o jornal *O Globo* que, em 1975, o Governo de Israel negociou armas atômicas com o Governo da África do Sul, então um governo racista dirigido pelo Primeiro-Ministro Botha.

Para conhecimento da Casa e dos que acompanham os nossos trabalhos, leio alguns trechos da matéria em que o jornal *O Globo* transcreveu artigo do jornal *Guardian*, de Londres, que publicou documentos secretos da África do Sul. Diz a matéria:

RIO “Reportagem publicada nesta segunda-feira pelo jornal britânico ‘Guardian’ afirma que documentos secretos da África do Sul revelam que o regime do apartheid no país recebeu de Israel uma proposta de venda de armas nucleares. Segundo a reportagem, em encontros secretos em 1975, o então ministro da defesa sul-africano, PW Botha, pediu ogivas nucleares e o então ministro da defesa israelense, Shimon Peres, atual presidente do país, ofereceu armas em ‘três tamanhos’. Os registros seriam a primeira prova documental de que o Estado judeu possui armas nucleares, o que seu governo não nega nem confirma. (...)

Segundo o ‘Guardian’, Botha e Peres teriam assinado um amplo acordo estabelecendo os laços militares entre os dois países, incluindo uma cláusula segundo a qual a ‘existência do acordo’ deveria ser mantida em segredo. A reportagem afirma que Israel tentou impedir que, após o fim do apartheid, o governo sul-africano liberasse os documentos a pedido de Polakow-Suransky.”

Ilustre Presidente, essa matéria é de extraordinária gravidade, na medida em que revela ao mundo o programa nuclear de Israel, um programa secreto e negado, realizado sem nenhum monitoramento por

parte de nenhuma agência internacional e com apoio explícito do Governo dos Estados Unidos.

Mais grave ainda é o fato de que Israel procurou disseminar seu programa nuclear vendendo armas nucleares para o Governo racista da África do Sul.

Hoje, vemos o Estado judeu, Israel, cobrar do mundo transparência, pedir monitoramento do programa nuclear iraniano e tentar atuar na revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP, que ora se realiza em Nova Iorque.

Estamos, portanto, diante de uma grande hipocrisia.

Nesses documentos secretos, agora vindos à luz do dia, ficam evidentes as armas com as quais Israel negocia, bem como a falta de verdade, a falta de integridade com que trata seu programa nuclear o Estado israelense.

Solicito, então, Sr. Presidente, que V. Ex^a autorize a publicação da íntegra desta matéria do jornal londrino nos Anais do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Nilson Mourão, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento do Congresso Nacional.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. NILSON MOURÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**ISRAEL OFERECEU ARMAS NUCLEARES À
ÁFRICA DO SUL, DIZ “Guardian”**

RIO – Reportagem publicada nesta segunda-feira pelo jornal britânico “**Guardian**” afirma que documentos secretos da África do Sul revelam que o regime do apartheid no país recebeu de Israel uma proposta de venda de armas nucleares. Segundo a reportagem, em encontros secretos em 1975, o então ministro da defesa sul-africano, PW Botha, pediu ogivas nucleares e o então ministro da defesa israelense, Shimon Peres, atual presidente do país, ofereceu armas em “três tamanhos”. Os registros seriam a primeira prova documental de que o Estado judeu possui armas nucleares, o que seu governo não nega nem confirma.

Em resposta ao texto, o gabinete de Peres divulgou comunicado afirmando que as conclusões do jornal são “baseadas em interpretação seletiva dos documentos da África do Sul e não são fatos concretos”. O “**Guardian**” afirma que os documentos foram descobertos pelo acadêmico americano Sasha Polakow-Suransky durante pesquisa para um livro sobre as relações entre África do Sul e Israel.

“Israel nunca negociou troca de armas nucleares com a África do Sul. Não existe qualquer documento israelense ou assinatura israelense em um documen-

to em que estas negociações foram realizadas”, diz o comunicado do gabinete do presidente israelense.

Segundo o “**Guardian**”, Botha e Peres teriam assinado um amplo acordo estabelecendo os laços militares entre os dois países, incluindo uma cláusula segundo a qual a “existência do acordo” deveria ser mantida em segredo. A reportagem afirma que Israel tentou impedir que, após o fim do apartheid, o governo sul-africano liberasse os documentos a pedido de Polakow-Suransky.

De acordo com os documentos, o governo do apartheid queria ter as ogivas nucleares para efeito de dissuasão e possíveis ataques a vizinhos. Segundo o jornal britânico, pesquisador americano escreve em seu livro “**The Unspoken Alliance**”, publicado esta semana nos Estados Unidos, que autoridades de Israel “se ofereceram formalmente para vender para a África do Sul alguns dos mísseis Jericho com capacidade nuclear de seu arsenal”.

O então chefe das forças armadas sul-africanas, Tenente-General RF Armstrong, teria pedido que os mísseis estivessem armados com armas nucleares. Dois meses depois, Peres e Botha se encontraram em Zurique, quando o presidente israelense teria mencionado a disponibilidade de três tamanhos – o que seria uma referência a armas convencionais, químicas e nucleares. De acordo com o “**Guardian**”, a venda não teria ido adiante, em parte, por causa do custo. Também não ficou claro se o então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, aceitaria.

No final dos anos 1970, a África do Sul desenvolveu armamentos nucleares. O país chegou a ter seis artefatos, mas eles foram desmantelados em 1991, quando o governo sul-africano pós-apartheid abriu mão destes armamentos.

Em outro episódio controverso, uma corte de Jerusalém sentenciou no domingo o técnico nuclear Mordechai Vanunu, de 56 anos, a três meses de cadeia. Vanunu teria se recusado a prestar trabalhos comunitários como pena por violar os termos de sua liberdade e manter contatos com estrangeiros.

Vanunu é uma das figuras mais polêmicas do país. Ex-funcionário do reator de Dimona, passou 18 anos preso por revelar, na década de 80, detalhes do programa nuclear de Israel à imprensa britânica. Solto em 2004, converteu-se ao Cristianismo e vive isolado e sob forte vigilância em Jerusalém Oriental.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Chamo para fazer uso da palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados e Senadores, o Projeto

Ficha Limpa é um instrumento para impedir que maus políticos, aqueles que usam a política em benefício próprio, continuem exercendo cargos tanto no Legislativo quanto no Executivo e no Judiciário.

O texto que aprovamos na Câmara, porém, sofreu uma modificação no Senado. Afirmam que foi uma modificação de redação, mas não consideramos que tenha sido apenas isso. No nosso entendimento, houve uma mudança do mérito.

Por isso, entramos ontem com um requerimento para que o Presidente da Câmara solicite ao Presidente do Senado o retorno do projeto, a fim de que os Srs. Deputados possam votar o dispositivo modificado, aquele que dizia que “os que tenham sido” condenados serão considerados inelegíveis. No Senado, esse trecho foi substituído por “os que forem condenados”. O tempo verbal faz muita diferença. Então, não é apenas uma modificação de redação, mas de mérito – e afeta o interesse público.

Esperamos que esse projeto retorne com celeridade a esta Casa, a fim de votarmos essa modificação e, a partir daí, a matéria seja encaminhada à sanção presidencial, para que, já nesta campanha eleitoral, apenas políticos corretos, que não tenham ficha suja, se candidatem e possam ser eleitos.

Mas é preciso também trabalhar a questão cultural do eleitor – ainda é grande o número de eleitores que trocam o seu voto por alguma coisa –, com o objetivo de conscientizá-lo de que ele também deve se tornar um eleitor ficha limpa, que não usa o seu voto como arma contra si mesmo, mas como uma arma para combater cada vez mais a corrupção, a impunidade, a violência. Dessa forma, com eleitores e políticos ficha limpa, teremos políticas públicas que vão trazer mais qualidade de vida para a população como um todo.

Mas isso, Sr. Presidente, não resolve todo o problema. Aprovamos o Projeto Ficha Limpa, demos apoio à proposta porque a consideramos importante, mas há necessidade de o Congresso Nacional promover uma reforma política profunda.

Qual é a fonte inesgotável da corrupção neste País? O financiamento privado. É o toma lá, dá cá e o chamado caixa dois. E existem muitos caixões por aí. Há quem tenha tanto caixa dois que isso vira um caixão de dinheiro.

No meu Estado, estamos vendo agora maletas indo e vindo, numa compra desenfreada de cabos eleitorais, de Prefeitos e Vereadores. Enfim, o dinheiro está sendo desviado – e, em muitos casos, são recursos públicos de emendas.

Por tudo isso, precisamos, sim, votar uma reforma política profunda, que seja resultado da pressão da população e dos partidos que querem fazê-la. O problema

é que, na hora H, alguns caciques dizem: “*Não! Isso nos pode prejudicar*”. É preciso, sim, fazer uma reforma política – e o Congresso Nacional está em dívida com esta Nação –, uma reforma política que seja de fato um instrumento que facilite o exercício de quem quer realizar um serviço de qualidade para a população e impeça o alcance a benefícios pessoais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT-RS) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, sabemos quando um candidato é candidato para valer e quando ele só quer fazer disputa política, pois não tem nenhuma chance de ser eleito.

José Serra, o candidato do PSDB, sabe que não tem nenhuma oportunidade de ser eleito Presidente, porque, se assim não fosse, não teria certo linguajar com os países da América do Sul. Quem chama o Governo de Evo Morales de cúmplice do narcotráfico sabe que não vai sentar na cadeira de Presidente, uma vez que não teria coragem, depois, de encarar o Presidente da Bolívia.

Há um desconhecimento total, Sr. Presidente. Basta entrar no *site* da CIA – e se há um órgão que sabe bisbilhotar a vida alheia este é a CIA –, para ver nitidamente que o país onde é feito o refino da cocaína e onde estão as grandes máfias da cocaína é a Colômbia. A Colômbia, porém, é governada por Álvaro Uribe, um cidadão da Direita, com o qual José Serra se identifica ideologicamente. Por isso, não lhe faz referência alguma.

Dizer que o Governo de Evo Morales é o governo do tráfico é desconhecer o que tem ocorrido na Bolívia. Inclusive, há cerca de 10 ou 15 dias, na fronteira brasileira, houve uma grande apreensão de cocaína vinda da Colômbia, quando a droga atravessava o território boliviano para chegar ao Brasil.

Os assessores do candidato José Serra devem ser diplomatas saudosistas da época em que o Brasil tinha grande dependência dos Estados Unidos, porque o homem não acerta uma! Disse que o Mercosul é uma farsa. Ele não sabe o que é o Mercosul. Aquela farsa que existiu durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso não existe mais. Dizer isso do Mercosul significa saber que não será Presidente. Como ele vai olhar para Fernando Lugo, Presidente do Paraguai; para Cristina Fernández, Presidenta da Argentina; para José Pepe Mujica, Presidente do Uruguai?! Ou seja, ele não terá essa oportunidade, porque vai morrer de vergonha, vai desdizer o que disse na campanha eleitoral. Quem o está preparando

deve avisá-lo de que, sobre política internacional, ou ele conversa com gente séria ou se dedica a estudar – uma vez que seus assessores são incompetentes –, ou vai continuar falando muita bobagem e, depois, tendo de se desdizer.

Hoje, os países do Mercosul mais a Bolívia são aliados brasileiros numa integração solidária da América do Sul. Temos milhares de quilômetros de fronteira de terra com todos esses países e ou fazemos uma integração verdadeira, uma integração humana e solidária e não meramente comercial, ou não teremos essa integração.

O fato de José Serra expor tais posições significa que ele entrou sabendo que vai perder. Se fosse para valer, ele não falaria isso, porque iria morrer de vergonha quando encontrasse esses Presidentes, e teria de pedir mil desculpas por tanta bobagem que está falando.

A continuar nesse rumo, seria uma insensatez a política externa do PSDB. Se o PSDB vencesse, haveria um enorme retrocesso. Felizmente, isso não acontecerá.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, pelo prazo máximo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é um dia especial: as galerias deste plenário estão cheias de jovens – jovens que certamente vieram observar o trabalho do Congresso Nacional.

Mas, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna trazer a tristeza da Bahia. Quando um Governo, seja de um Estado seja de uma Nação, perde o controle da segurança pública e começa a considerar que tudo é normal, as coisas vão muito mal.

Os jovens que estão nas galerias, assim como as demais pessoas que acompanham esta sessão, com certeza, ouviram ontem – isso foi veiculado nos principais jornais da televisão e do rádio brasileiros – o áudio de um crime da maior gravidade ocorrido na Bahia. Um delegado de Polícia concursado, um jovem advogado, que exercia a chefia da Delegacia de Polícia na cidade de Camaçari, importante polo industrial, parou o carro em que estava com sua esposa para dar uma entrevista a uma rádio. No meio dessa entrevista, que estava sendo transmitida ao vivo para toda a população de Camaçari, ouviu-se o seguinte: *“Peraí!”* – na Bahia, usa-se muito esta expressão –

“Peraí, peraí, peraí!”. Em seguida, vieram os disparos; depois, a voz desesperada da mulher que se tornou viúva naquele momento: *“Pelo amor de Deus! Socorro! Meu marido!”*

O Governador do Estado, porém, considera que tudo é normal e sequer demite seu Secretário de Segurança Pública, um Secretário incompetente, que apenas sabe gravar e grampear as pessoas. Aliás, ele é muito bom no grampo: grampeou todo o PMDB quando este saiu do Governo na Bahia e deve estar me grampeando também. Grampeia todo mundo, mas não comanda a Polícia Militar nem a Polícia Civil.

A Polícia está em greve, e os bandidos estão matando a polícia. É uma coisa triste!

Eu se fosse Governador da Bahia, não teria dormido.

A segurança pública está tão fora de controle no Estado, que o Governador, que só anda de carro blindado, há cerca de um mês teve roubada a sua camionete blindada. O veículo passou cerca de 20 dias em poder dos ladrões. E ainda esta semana, morreu um dos policiais da segurança do Governador, também assassinado.

Isso é clima de guerra civil, Governador Wagner! Faça alguma coisa! V.Ex^a ainda tem 200 dias no Governo, antes que o povo baiano o mande para casa.

Deputado José Carlos Machado, não dá para aguentar um governo que não governa, não comanda. O Governador é o comandante da Polícia, mas nomeou para tanto um delegado, alguém inclusive envolvido em processos na Polícia Federal, e que é um incompetente. Sabem o que ele disse? *“É normal a morte do delegado. Eu não teria de botar segurança, não. Não podia fazer nada”*.

Na condição de baiano, estou triste. A Bahia está de luto. Ontem, foi a quarta-feira negra da Bahia. Se algum jovem não ouviu isso e quiser ouvir, o áudio está no meu site: josecarlosaleluia.com.br.

O grau de violência a que se chegou na sociedade brasileira é de horrorizar a qualquer um. Ninguém mais tem segurança – e ainda vem o Deputado que me antecedeu defender o narcotráfico com a Bolívia. Prefiro ficar com quem não aceita essa relação promíscua com a Bolívia e não aceita o comportamento omissivo do Governador baiano.

A Bahia vai mudar, com certeza, e retirar do poder essa gente que não olha pela vida do seu povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Chamamos para fazer uso da palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados e Senadores, vou falar a respeito de assunto que incomoda muito a mim e, acredito, ao Brasil como um todo: as ações da nossa Chancelaria, da nossa política externa, que têm prejudicado sobremaneira o País.

Nos últimos quatro anos, a política brasileira de integração com o Cone Sul e demais países vizinhos da América do Sul tem sido uma política de convivência, de compadrio, da qual, na verdade, o Brasil tem saído sempre perdedor.

Recentemente, por exemplo, vivemos uma situação que está inclusive estampada nas páginas dos jornais de hoje: o Governo Kirchner mandou apreender várias carretas com alimentos na fronteira Brasil-Argentina, impedindo que os mesmos viessem a ingressar naquele mercado – uma clara retaliação unilateral, ilegal, contra os produtores brasileiros. Inclusive, no comércio entre esses países, no que tange a gêneros alimentícios, a balança comercial é claramente deficitária para o nosso País. Estamos exportando pouco mais de 500 milhões de reais e importando mais de dois bilhões de reais de produtos argentinos.

O equilíbrio do Mercosul tem sido quebrado de forma reiterada por esse que é o nosso maior parceiro, a Argentina, e essa quebra de compromissos comerciais, diplomáticos e alfandegários tem sido observada com leniência pelo Governo brasileiro.

A Argentina, que está mergulhada numa crise institucional, fruto das posições demagógicas e pouco práticas na economia das intervenções feitas pelo casal Kirchner, tem tentado descontar no Brasil suas agruras e dificuldades, quebrando o equilíbrio econômico e o equilíbrio diplomático entre os dois países.

Espero que o Governo brasileiro se coloque na defesa dos interesses nacionais e faça valer nossa situação de líder na América do Sul e deixe de tratar a Argentina de forma leniente.

É importante levantar as ações que ocorreram com outros países. A Bolívia, por exemplo, logo após a posse do Presidente Evo Morales, invadiu as refinarias brasileiras da Petrobras com tropas armadas! E nossa posição foi absolutamente incompatível com a tradição brasileira de defesa dos nossos interesses comerciais legítimos. Terminamos silentes em relação a esse processo, aliás, premiando a Bolívia pela sua ação beligerante e incontinente na defesa dos seus interesses e a favor da quebra de contratos nacionais e internacionais.

A mesma coisa se repete no Paraguai. Milhares de cidadãos brasileiros que vivem nos Estados fronteiriços e fazem a riqueza daquele país, principalmente na produção de soja, estão sendo perseguidos, colo-

cados à margem da sociedade, tendo suas terras espoliadas. E o Governo brasileiro não tem tido a altivez de amparar os direitos desses cidadãos brasileiros. Agora mesmo, no Mato Grosso e no Paraná, inúmeros acampamentos de brasileiros foram escoraçados do Paraguai e estão engrossando o contingente de desvalidos sociais no nosso País.

É importante que o Governo brasileiro não seja conivente também com o que está acontecendo na Venezuela. O Presidente do Brasil tem andado pelo mundo, fazendo uma diplomacia em que, na verdade, abre mão de levar em consideração valores fundamentais e intrínsecos à humanidade, os direitos humanos.

Não podemos permitir que aconteçam em países vizinhos situações de agressão à democracia, ao livre arbítrio e aos direitos humanos, sem que o Governo brasileiro se posicione a respeito.

O Governo que aí está não pertence a um partido, ele representa um país plural, democrático e livre – O Brasil. Por isso mesmo, tem de expressar o sentimento de repúdio e de indignação contra as reiteradas agressões que têm sido intentadas contra o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente, não estou inscrito, mas peço a V. Ex^a que me permita, nesta sessão do Congresso, cumprimentar o Deputado Miro Teixeira, que faz aniversário hoje. O Deputado Miro Teixeira, com quem temos excelente relacionamento, abrilhanta este Congresso.

Parabéns, portanto, ao Deputado Miro Teixeira!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A permissão só será dada se V. Ex^a nos informar a idade que o Deputado Miro Teixeira está completando hoje.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA) – Disse o Deputado que esse é um decreto secreto do Congresso e que não tem interesse em abri-lo.

De qualquer maneira, ficam os fortes cumprimentos a esse jovem, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Fazemos coro à iniciativa de V. Ex^a de desejar muitas felicidades e muita saúde ao Deputado Miro Teixeira. Que S. Ex^a possa continuar contribuindo com o bom debate político na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Felicidades, Deputado Miro Teixeira! (*Palmas.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem) – Obrigado, Sr. Presidente. Quanto ao aniversário, há controvérsias, mas, quanto à idade, não: são 65 anos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – E bem vividos, com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como disse Neruda, confesso que vivi. Aliás, como está em moda mudar o tempo de verbos: confesso que vivo.

Obrigado a todos. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Parabéns, Deputado Miro Teixeira!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Convido a fazer uso da palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nesta oportunidade, quero me referir ao projeto de lei que apresentei à Câmara dos Deputados com o objetivo de transformar o Município de Imbituba, em Santa Catarina, na capital da baleia franca. Sinto-me à vontade nesta tribuna para falar sobre isso, porque, desde a década de 70 ou muito antes, o Município de Imbituba tem recebido a visita de baleias franca.

Diversos pesquisadores e ambientalistas têm se esforçado no sentido de conscientizar a sociedade acerca da importância de conservar e proteger o meio ambiente escolhido por esses animais de tão grande porte, que anualmente recebemos, entre o final de agosto e o mês de novembro, no litoral catarinense, onde eles procriam e ganham seus filhotes.

As baleias francas saem da Argentina, da Antártica, e vão para Santa Catarina, mais especificamente ou, sobretudo para a Praia do Rosa, em Imbituba, o ninho de desova desses que são os maiores mamíferos hoje existentes e, naturalmente, de muitas outras espécies marinhas. Hoje, inclusive, há institutos de pesquisas no Município de Imbituba voltados para as baleias franca.

Para intensificar a proteção a uma espécie tão rara e importante pela sua característica, o Poder Público proibiu a caça desses animais. Até a década de 70, ocorria matança de baleias. De lá para cá, porém, houve um basta a essa prática, cujo objetivo era retirar o óleo das baleias.

Vale lembrar que não só Imbituba, mas toda a região, em especial Garopaba, Laguna e Jaguaruna, têm recebido anualmente a visita de baleias franca. E já foram realizados inúmeros eventos nessas cidades, com a participação de pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro para discutir esse que consideramos um fenômeno.

A propósito, lembro que, há algum tempo estive na Antártica acompanhado do Deputado Aldo Rebelo e do Senador Lúcio Alcântara, numa missão oficial da Aeronáutica e da Marinha brasileiras. O que pude ver, nobres colegas, vai além da minha imaginação.

Quero também aproveitar para parabenizar todos que têm contribuído e se esforçado para que a pesca artesanal continue alimentando as crianças que vivem nas praias e a população de um modo geral.

Registro ainda, Sr. Presidente, que a definição de um animal símbolo de um município sinaliza para a sociedade a relevância que temas dessa natureza tem no espaço nacional e internacional.

Antes de encerrar, cumprimento o Município de Imbituba, o Prefeito José Roberto Martins e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Christiano Lopes; os organizadores dos inúmeros eventos já ocorridos naquela cidade; o Instituto Baleia Franca, por intermédio de seu Presidente Enrique Litman, e toda a população.

Aproveito para cumprimentar o Prefeito Luiz Nestor, do Município de Garopaba; o Prefeito Célio Antônio, do Município de Laguna; o Prefeito Inimar Duarte, de Jaguaruna, estendendo a toda a população da região e a todos aqueles que têm colaborado para valorizar e divulgar esse fenômeno.

Agradeço também à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal por terem aprovado o Projeto de Lei nº 36, de 2007, de minha autoria, denominando Imbituba a Capital da Baleia Franca. Agora, é aguardar a sanção do Presidente da República para que a iniciativa seja transformada em lei.

Encerro agradecendo a todos e dizendo que pretendo retornar a esta tribuna para retomar o assunto logo após o Sr. Presidente da República sancionar o projeto de lei.

A baleia franca é uma espécie rara, considerada um dos maiores, senão o maior mamífero da Terra. Portanto, é de extrema importância que a preservemos. Elas já foram mais de 100 mil, hoje são apenas 7 mil espécimes em todo o mundo. Precisamos preservá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gilmar Machado, pelo prazo máximo de 5 minutos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, queria ressaltar, mais uma vez, que na sessão em andamento estamos tratando de um PLN que gostaríamos muito de votar no dia de hoje, porque trata de obras estruturantes e importantes para o País, obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Está presente entre nós o Senador Sérgio Guerra, um dos responsáveis pelo acordo que possibilitou a votação do Orçamento no final do ano passado. Queremos mais uma vez ressaltar que honramos aquele

compromisso, aquele acordo, tanto que o Presidente Lula não vetou a parte que diz respeito aos repasses, ao recálculo das obras do PAC em 25%.

Estamos agora em processo de revisão, e o texto constitucional diz que temos que fazê-lo bimestralmente. Portanto, estamos propondo uma reestruturação, uma readequação, em virtude de as obras, durante esse período, sofrerem problema de licença ambiental e outros impedimentos em alguns municípios. Muitas dessas obras não estão sob a direção direta do Governo Federal; há aquelas que são tocadas pelos Governos Estaduais ou Municipais. E às vezes, estes também têm dificuldades em obter alguma licença ambiental, ou não têm licenças, desapropriações, pois não conseguem fazer a obra tempo previsto e atrasam. Há necessidade de alteração nessas obras, se elas não estão caminhando.

O Deputado Carlos Abicalil colocou, com muita precisão, no seu substitutivo, que trimestralmente as alterações que serão feitas terão que ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para que todos acompanhem e saibam exatamente quais são as obras que estão sofrendo remanejamento.

Nós gostaríamos de, mais uma vez, fazer este apelo, pois são obras extremamente importantes, e algumas poderão sofrer atrasos e paralisações, gerando, logicamente, a dispensa de trabalhadores. Teremos, então, dificuldades em algumas regiões.

Eu tenho certeza de que todos aqui trabalham para que o País continue a ter momentos bons, e não venhamos a sofrer as consequências da crise que a Europa hoje vive. Todos estão acompanhando as dificuldades que a Europa está vivendo e os problemas que as bolsas mundiais hoje estão enfrentando. Precisamos dar a nossa contribuição.

Quero dizer que o Governo continua aberto. Tivemos um bom diálogo com o PPS, com o DEM e com o PSDB sobre o que entendemos ser correto e justo para melhoria dos textos, a fim de que possamos chegar a uma votação.

Eu gostaria reiterar o apelo para que possamos votar esse projeto, já aprovado na Comissão. Nós não o estamos colocando extrapauta; não é algo novo que não tenha sido discutido amplamente na Comissão de mérito – a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foi uma matéria dialogada, discutida e votada na Comissão e que agora está sendo examinada no plenário.

É esse o apelo que queremos fazer, e, ao mesmo tempo, deixar o diálogo aberto, para que possamos

buscar o melhor entendimento. O nosso papel aqui é exatamente aprovar as matérias que possibilitem ao País continuar crescendo, gerando emprego, não só nas obras do DNIT, mas no Ministério das Cidades, no Ministério da Integração Nacional etc. Inclusive, temos obras no Ministério da Integração Nacional decorrentes de catástrofes naturais – que ninguém queria, mas ocorreram – para as quais nós estamos agora tentando essas alterações.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Continuaremos dialogando para termos essas questões aprovadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, senhores que acompanham esta sessão do Congresso Nacional, senhores funcionários, ontem, no decorrer dos debates acontecidos na Câmara dos Deputados, fui surpreendido por uma Liderança do Democratas que fez uma ofensa grave ao Presidente da República. O Presidente foi chamado de cínico.

Eu não sei até onde os democratas querem ir, ofendendo o Presidente Lula. Peço respeito ao Presidente da República por parte de quem quer que seja, especialmente dos democratas, que, neste momento, no desespero, procuram atacar a pessoa de Lula.

O Presidente Lula tem tido uma ação extremamente importante e necessária para o desenvolvimento do Brasil. E não será qualquer um, muito menos do Democratas ou de qualquer partido, que vai poder agredir o Presidente da República. Repito: chamar S. Ex^a de cínico é desrespeitar o Brasil inteiro, que aprendeu a gostar e a admirar o seu Presidente. Aproxima-se a eleição e já se começa a perder a linha.

Aliás, o candidato à Presidência que representa o DEM, neste momento – aliás, o DEM não tem quem represente nada mais –, tem mantido um cuidado muito importante com relação à figura do próprio Presidente Lula. E nós queremos que esse respeito seja mantido. Não é temor, pois acabou esse tempo no Brasil, mas o Presidente Lula tem de ser respeitado. E será respeitado, Sr. Presidente.

Não vamos baixar o nível da campanha. O Presidente não é candidato à reeleição. O Presidente tem uma candidata e vai apoiá-la, com toda tranquilidade, mostrando o que ele fez nesses últimos anos. E o povo é que vai decidir, no próximo dia 3 de outubro, quem

conduzirá os destinos do Brasil. Nós saberemos respeitar – e vamos respeitar, sim – a decisão soberana dos eleitores brasileiros.

Sr. Presidente, vamos refutar qualquer tipo de ofensa ao Presidente da República. Isso é desespero. Quem ataca o Presidente perde voto. O Líder do Democratas ontem atacou o Presidente, portanto, eles vão começar a perder votos a partir de agora.

Nossa campanha tem de ser feita de forma diferente, com propostas e projetos. Temos candidata, sim. Dilma Rousseff é a candidata que o PMDB apoia, e o Vice-Presidente será o Deputado Michel Temer, de São Paulo, que preside o nosso partido. Vamos manter uma campanha de excelente nível, com muito respeito e discussão de propostas e projetos. O eleitor, esse sim, Sr. Presidente, vai decidir altaneiramente, no dia 3 de outubro.

Mas, Sr. Presidente, quero também dizer que li, há pouco, entrevista do ex-Deputado e ex-Senador José Eduardo Dutra, Presidente Nacional do PT, dizendo que o Presidente Lula é diferente da candidata à Presidência Dilma Rousseff e que, aonde a candidata for, o Presidente não precisará ir. Quer dizer, em alguns lugares o Presidente apóia o PT, em outros, escolhe não ir.

Sr. Presidente, tenho uma posição minha, pessoal; não é posição do partido e muito menos do Estado que represento. Não vou aceitar uma situação desse tipo. Demos a chapa com o Presidente Michel Temer, do PMDB, e Dilma. Na realidade, temos um triunvirato importante, com Lula, Dilma e Michel, mas o Presidente Lula só vai aonde o PT quer.

Eu não aceito essa posição. Vou levar a discussão para dentro do meu partido, para a convenção do dia 12. Se isso permanecer, acho que o PMDB deve adiar a convenção para o dia 26 ou 30, pois é preciso que a situação seja definida antes.

Fui candidato na minha cidade, disputando com o PT, e vi o que aconteceu, portanto, não se vai repetir o que houve em Feira de Santana na eleição passada. Ou temos uma coligação para valer, em todos os níveis, com Lula, Dilma e Michel, ou não dá para fazer coligação pela metade.

E aqui vai um recado claro, que vou defender dentro do PMDB: ou nós participamos, de forma integral, com Lula, Dilma e Michel, ou não dá para fazer coligação pela metade. Onde houver palanque duplo, Lula, Dilma e Michel subirão. Essa é uma proposta minha, uma discussão minha, dentro do meu partido.

Não vai dar para fazer 2 tipos de campanha. Queremos Lula, queremos Dilma, queremos ganhar a

eleição com o Michel e o PMDB. É uma posição pessoal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Colbert Martins.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. S. Ex^a tem o prazo máximo de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, ocupei esta tribuna ontem para denunciar ao País, do plenário da Câmara dos Deputados, o grave crime que foi cometido na cidade de Camaçari, contra um delegado de Polícia e que chocou e horrorizou todo o Brasil.

Quem assistiu ontem, pelos principais telejornais, à reprodução do momento em que o delegado foi assassinado, imediatamente se comoveu com o que viu. Essa comoção toma conta hoje de todo o Estado da Bahia, que está com medo e de luto. A Bahia está de luto e com medo.

Vejam só, Srs. Parlamentares, o Governador Jaques Wagner, em vez de reagir com energia, chamando a responsabilidade para si e procurando mostrar que há um governante em nosso Estado, ele novamente procurou politizar o debate, e tentou diminuir a cobrança da Oposição, tentou reduzir um problema dessa gravidade à disputa eleitoral.

O Governador não pode censurar ninguém; não pode impedir que nenhum de nós denuncie ao País o que está acontecendo na Bahia, que se transformou, nos últimos 3 anos e meio, no palco da criminalidade, da violência, da insegurança e de episódios como esse que aconteceu ontem, na cidade de Camaçari.

Uma pessoa humana, um homem, marido e chefe de família, perdeu a sua vida; um jovem perdeu o seu futuro. E esse não é um caso isolado, porque policiais militares e civis vêm sendo vítimas do banditismo e da ação do crime organizado na Bahia, a cada dia, seja na capital, na Região Metropolitana, como aconteceu ontem em Camaçari, seja até mesmo no interior. A Bahia virou um Estado sem lei, sem ordem, sem autoridade e sem governante – e não podemos deixar de denunciar esse fato.

Srs. Parlamentares, a Bahia sempre foi cantada ao mundo pela sua força, pela força dos seus artistas, da sua cultura; a Bahia sempre se revelou por Jorge Amado, por Caetano Veloso, por Mãe Menininha, por

Irmã Dulce e por tantas figuras que a construíram e a projetaram mundialmente.

Hoje, meu Estado está no *site* do **The Guardian**, um dos principais veículos de comunicação mundial, pela barbaridade ocorrida ontem em Camaçari. Hoje, meu Estado é matéria principal do jornal **O Globo**, cujo título é, simplesmente: “*Isto é real*”, para mostrar tal absurdo. Caso o veículo de comunicação não mostre o tamanho da barbaridade que aconteceu, se apenas a contarmos, as pessoas podem não acreditar.

O Governador, em vez de reagir, em vez de chamar a responsabilidade para si, em vez de mostrar que tem autoridade e pulso e que está disposto a pelo menos minimizar o problema, tenta transferir a responsabilidade para terceiros e critica a Oposição por estarmos denunciando. Pois, incomode-se ele ou não, goste ele ou não, vamos continuar denunciando! E fazemos essa denúncia principalmente pelo compromisso e pelo dever cívico que temos com o Estado que tanto amamos. Nós nos orgulhamos de ter nascido lá e estamos hoje tristes e enlutados pelo que está acontecendo.

Ora, será que algum baiano se orgulha de ver seu Estado figurando nas páginas policiais dos telejornais, dos jornais escritos e dos principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo? Não, isso nos envergonha! Hoje, como baiano, estou envergonhado! E é pela vergonha que toma conta do meu coração que, mais uma vez, venho a esta tribuna – peço mais 1 minuto de tolerância, Sr. Presidente – para dizer que o Governador Jaques Wagner precisa ter responsabilidade.

Já que estamos aqui discutindo Orçamento, resalto que a **Folha de S.Paulo** trouxe, na segunda-feira, matéria na qual mostra que o Governo da Bahia gastou quatro vezes mais em publicidade e propaganda do que em segurança pública. Os policiais não têm condições mínimas de trabalho, e até existem recursos federais que não são aproveitados por causa da lentidão, porque o Governador está de braços cruzados, porque é um Governador que não nasceu na Bahia. Mas isso não é problema, porque o coração do baiano é generoso, é capaz de adotar todos. Mas, além de não ter nascido lá, ele não foi capaz de se transformar num político baiano, porque não ama o nosso Estado, e hoje o que a Bahia precisa é de alguém que a ame, que a queira bem e que não aceite que o nosso Estado seja depreciado como está sendo.

Por isso, deixo aqui mais uma vez a minha palavra de protesto, de luto, sobretudo, dizendo que a Bahia está enlutada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A Presidência informa que estão presentes na Casa, neste momento, 256 Deputados e Deputadas.

Vamos passar à Ordem do Dia.

Enquanto discutimos a matéria, certamente alcançaremos o **quorum** de 257 Parlamentares para votação do único ponto da pauta: o PLN nº 3, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – **Item único:**

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2010-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 2010-CN, que “*Altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010*”.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 8, de 2010-CN (Relator: Deputado Carlos Abicalil), concluiu pela apresentação de substitutivo e rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto e o substitutivo.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado João Almeida.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDBVBA. Pela ordem) – Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação a V.Ex^a e aos ilustres Líderes partidários no sentido da retirada desse projeto de pauta. Não temos possibilidade de votá-lo no dia de hoje.

O que propõe o Governo, nós, do PSDB, particularmente, não aceitamos. Concordamos com o remanejamento até em valor maior do que o autorizado pela LDO, mas dentro do subtítulo. O remanejamento pretendido sobre o valor global não é aceitável, porque é muito diferente uma coisa da outra. Significa a possibilidade de cancelamento de todos os projetos em execução e o início de outros. E, aí, é uma reformulação completa do orçamento do PAC.

Não queremos criar dificuldade alguma ao andamento de obras em execução. Há possibilidade de que elas tenham dotações reforçadas, mas podemos

apreciá-las projeto a projeto. O Governo cancela um ou dois que não têm condições de avançar e aloca recursos a um outro que pode ser acelerado.

O Congresso Nacional terá toda a boa vontade em apreciar a matéria com a celeridade necessária para garantir que não haja descontinuidade nesses projetos. Agora, dar uma carta branca ao Governo para fazer esse remanejamento como queira, refazendo quase 50% do programa do PAC, isso não é possível absolutamente.

Então, tendo em vista que não há **quorum** para procedermos a qualquer votação e para não termos a desagradável situação de conferir o **quorum**, propomos a V.Exª e aos ilustres Líderes que retiremos o projeto de pauta.

Podemos até elaborar um requerimento nesse sentido, antes que V. Exª dê continuidade à discussão, para permitir que a sessão tenha prosseguimento e que outros Srs. Parlamentares possam fazer uso da palavra. Oportunamente, poderemos voltar ao tema, seja por meio de um acordo diverso do que está sendo proposto agora, seja pela mobilização do Governo, para que sua base esteja presente e garanta o **quorum** necessário à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a sinalização do Deputado João Almeida ajuda no entendimento de que temos de continuar construindo. Em parte, trata-se de uma nova abertura, e precisamos avançar.

Gostaríamos muito, Deputado João Almeida e Deputado Guilherme Campos, de tentar um acordo. Nesse sentido, poderíamos encerrar a discussão e, depois, construir um entendimento para a votação.

Assim, minha sugestão é no sentido de que, na próxima terça-feira, às 20h, realizemos uma nova sessão – e, aí sim, faríamos o processo de votação.

Como a matéria já foi discutida na Comissão Mista de Orçamento, sugiro que a encerremos aqui. E, ainda, como já foi votada lá, não haveria qualquer prejuízo para seu andamento.

Sr. Presidente, este é o acordo que proponho: encerra-se a discussão, retira-se o projeto de pauta e, na próxima terça-feira, faz-se a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há grande vantagem em encerrarmos a discussão. O projeto precisa efetivamente ser discutido. Vamos encerrar a discussão

sem discuti-lo!? Não há ganho nisso, a não ser dificultar o acordo.

Qualquer acordo pode ser feito quanto ao projeto na situação em que ele se encontra. É muito melhor do que se encerrar a discussão.

Sinceramente, não concordamos com essa proposta. Insistimos na retirada do projeto de pauta antes do início da discussão e sua retomada oportunamente, seja com o Governo garantindo a presença de sua base, se quiser aprovar o projeto de qualquer forma, seja por acordo, de modo que possamos para dar a ele redação diferente da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado João Almeida tem a palavra.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relembro que no ano passado houve acordo sobre esse tema. O Governo tentou insistentemente que 30% dos recursos fossem alocados a seu bel-prazer; acordamos que a previsão seria para cada obra, e não houve nenhum tipo de comprometimento. Do jeito que está não dá para prosseguir nem para haver discussão.

A ausência de **quorum** é flagrante. A proposta do líder do PSDB é razoável, qual seja, apresentação de requerimento de retirada do projeto de pauta e o prosseguimento da sessão, até porque, repito, a ausência de **quorum** é flagrante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Gilmar Machado, diante da evidente falta de acordo para que votemos o PLN nº 3, de 2010, o mais prudente é a retirada do item da pauta.

E, como era o ponto único da pauta desta sessão do Congresso Nacional, estamos encerrando também a Ordem do Dia.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente, quero, pela Liderança do Governo, fazer um apelo ao Deputado João Almeida.

Obviamente, há inviabilidade de votação da matéria hoje, mas é importante que possamos, a partir de hoje, até em virtude de conversas já iniciadas a semana passada, esticar a corda da negociação no sentido de viabilizar a aprovação de matérias importantes como esta.

Até porque – e quero entrar numa seara com base no que foi colocado – estamos discutindo o Orçamento, e é muito importante que tenhamos um olhar diferenciado para este momento.

Muitos aqui vieram e fizeram alusão à aplicação de recursos, como ouvimos há pouco, destacando que várias áreas carentes deles necessitam. O meu Estado, particularmente, é um exemplo claro, mais do que o próprio Governo Federal, do que aqui foi colocado como prioridade no Orçamento.

Então, quando ouço alguns que vêm à tribuna – e estamos próximos ao **Corpus Christi**, já distante da Semana Santa –, fico perplexo em ver satanás pregando quaresma. E ouço alguns falarem de um período bem recente da Bahia – Bahia que era muito reconhecida pelos desmandos –, apesar de ter inclusive uma ocupação na política de forma extrema. No período de 1999 a 2001, a Bahia tinha não só os que hoje estão no Senado, como o Senador César Borges, mas também o Senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Congresso Nacional. Portanto, a Bahia era poderosa no âmbito nacional. Mas, na realidade, orçamentariamente, a Bahia sempre perdeu.

Ontem, alguns Deputados aproveitaram o episódio dramático do assassinato de um delegado para falar em descalabro, em desmando, embora tenham abandonado o setor segurança nos últimos 8 anos dos Governos de César Borges e Paulo Souto. E o fizeram com o apoio – eu diria com o reforço – de uma bancada grande, com o Senador Antonio Carlos Magalhães comandando no Senado e, depois, com o seu neto Antonio Carlos Magalhães Neto sendo um dos Deputados Federais mais votados da Bahia.

Isso não foi suficiente para fazerem investimentos em segurança. Fizeram, sim, ao longo dos anos, investimentos em publicidade – e os escândalos foram dos maiores; fizeram, sim, um processo de apropriação, com enriquecimento de diversos de seus membros, que ganhavam e ganhavam cada vez mais, enquanto o povo baiano perdia.

Quando chegamos ao Governo, a Bahia tinha 2 milhões de analfabetos, tinha dificuldades estruturais. No dia 16 de junho de 2004, o então Secretário de Segurança da Bahia – do Governo de V. Ex^a, Deputado ACM Neto –, durante uma CPI nesta Casa, chegou a afirmar que, ao assumir a Secretaria, se comparava a um médico que chegava a um grande desastre e nada podia fazer. Teria de fazer uma opção ou outra, porque não dava para atender a tudo, exatamente por ter assumido uma Secretaria desestruturada.

Em 2004, um ano e seis meses de Governo Paulo Souto e, portanto, depois de quatro anos do Governo do Senador César Borges, volto a frisar, com toda força política que a Bahia tinha no cenário nacional, o Secretário de Segurança dava peremptoriamente o

atestado do abandono, do descalabro, da destruição em que a Bahia viveu nesse período.

No dia de hoje, eles começam a experimentar mudanças substanciais e tentam como abutres, se aproveitar politicamente do episódio do assassinato de um delegado. Aqueles que verdadeiramente lavaram as mãos durante 8 anos, agora tentam acusar o Governador de ter lavado as mãos nesse episódio. O delegado foi assassinado porque estava fazendo o que eles não fizeram durante oito anos: combater veementemente o crime organizado, combater a estrutura do banditismo estabelecida ao longo de toda uma trajetória na Bahia. O Governo César Borges, em vez de estruturar a Polícia, cuidava de colocar a Polícia para ocupar universidades. A reestruturação a Inteligência policial foi abandonada.

É fundamental que, neste momento, façamos um verdadeiro debate sobre o Orçamento, de como se modificou a situação com crescente nível de investimento no Estado, a fim de melhorar não só a nossa estrutura de segurança, mas também a de todas as outras áreas.

Sr. Presidente, não se combate o banditismo só com violência, porque violência gera violência. Combatemos o crime estruturando a Polícia, dando-lhe condições, salário e estrutura, mas principalmente com políticas públicas de educação, de geração de emprego e de renda. Aliás, no período atual, a Bahia tem batido todos os recordes de criação de postos de trabalho.

Assim temos feito e assim estamos escrevendo uma nova história. Não daquela Bahia do passado, conhecida nacionalmente como a Bahia de um cacique, como a Bahia de alguém que mandava – e mandava inclusive perseguir pessoas –, mas de uma Bahia de cenário diferente.

Enfrentamos, sim, o episódio de ontem – uma tristeza para a família e para todos nós –, mas estamos enfrentando também, com veemência, o crime organizado naquele Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Sr. Presidente, fui citado e gostaria que V.Ex^a me assegurasse o mesmo tempo que assegurou ao Deputado Walter Pinheiro para que eu possa contraditar o que S. Ex^a aqui afirmou.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Citei, Sr. Presidente, e quero...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Citou. V. Ex^a me citou.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Citei. Citei como...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Então, eu peço ao Presidente que recorra às notas taquigráficas. V. Exª me citou. V. Exª me citou.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Citei como citei vários nomes, Sr. Presidente. Portanto, não tem nenhuma...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Não, senhor. Não, senhor. V. Exª citou, inclusive, o exercício do meu mandato parlamentar.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Não fiz. Então, portanto,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – E como Deputado Federal, supostamente, eu não havia feito. Então, eu tenho o direito de...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Falei, Sr. Presidente. O Deputado ACM Neto já havia falado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Eu estou recorrendo ao Regimento. V. Exª não é democrata.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu sou democrata.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – É impressionante, Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sou democrata.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Não. Eu ouvi V. Exª aqui atentamente. Agora, eu estou invocando o Regimento Interno porque fui citado. Se o Sr. Presidente quiser – eu não me incomodo de interrompermos a sessão –, poderá recorrer às notas taquigráficas para ver que estou com a razão.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA) – O Regimento Interno, Sr. Presidente, assegura. V. Exª sabe disso. Ademais, um debate tão interessante...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – De qualquer forma, o Brasil está interessado em ouvir esse debate acerca da Bahia. Vou passar a palavra ao Deputado ACM Neto. Depois, se qualquer outro orador quiser falar sobre o tema, vou conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Sem revisão do orador) – Eu agradeço, Sr. Presidente, não sei, exatamente, em que Bahia viveu e vive o Deputado Walter Pinheiro. Certamente, ele deve, assim como o Governador e seu partido, viver na propaganda do Governo do Estado da Bahia. Mas ele não vive na Bahia real, na Bahia do cidadão des-

protegido, na Bahia do pai e da mãe de família que não conseguem mais dormir em paz quando um filho está na rua, porque sabem a hora que ele sai, mas não sabem se ele vai chegar ao fim do dia.

A Bahia não é a Bahia de um episódio isolado como o de ontem, como tenta fazer crer o Deputado Walter Pinheiro, da morte de um delegado que cumpria rigorosamente as suas funções, mas que sucumbiu diante do crime organizado e do banditismo. Esse não é um fato isolado.

O Deputado Walter Pinheiro esquece-se de dizer que ontem foi enterrado um policial militar na Bahia, vítima dos bandidos; que mês passado foi assassinado um delegado de Ipiaú, vítima dos bandidos; que a Bahia bate recorde e recorde de morte de policiais militares e civis.

Por quê?

No passado – vamos falar do passado –, os delegados e policiais cumpriam suas funções e não morriam; hoje, eles tentam cumprir as suas funções, mas sucumbem diante do crime organizado porque não há Governador em nosso Estado, não há autoridade pública que imponha respeito e que mostre que a nossa Bahia é a Bahia dos baianos e não dos bandidos.

A Bahia, por muito tempo, reconheceu os seus filhos mais ilustres pelos nomes. Hoje, reconhecidos pelos nomes na Bahia são os bandidos, que tomaram conta desse estado caótico de coisas que instalaram na nossa querida Bahia.

Agora, eu compreendo o Deputado Walter Pinheiro: ele está tentando se cacifar e prestar serviços ao Governador, porque quer ser candidato ao Senado com o Governador. Ele tem que fazer isso. Mas, Deputado Walter Pinheiro, V. Exª não vai calar as oposições, nem o Governador vai calar.

Não estamos tentando nos aproveitar de um fato como esse. O que não quero é que a vida do jovem delegado Clayton tenha sido tirada em vão. Não quero! E tenho que protestar. O que baiano quer é que protestemos, para que essa situação tenha um ponto final de uma vez por todas, o que, infelizmente, o Governador não conseguiu nem conseguirá fazer, porque S. Exª se preocupa em fazer discursos, se preocupa em articular sua tentativa de reeleição. O Governador não trabalha, não bota a mão na massa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vou lhe conceder mais um minuto, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – V. Exª assegurou pelo menos 5 minutos ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – É que terei que dar 5 minutos depois para ele novamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – O Governador não trabalha, e sabe disso.

Agora, vamos comparar os dados do passado. Quando em três anos e meio aconteceram 13 mil homicídios num Estado como está sucedendo hoje na Bahia? São as chacinas, é a lei do toque de recolher, é a Polícia completamente desaparelhada, é o bandido matando o cidadão de bem e o policial.

Agora, Deputado Walter Pinheiro, a perda dessa vida não vai ser em vão. Vou usar a minha voz e a minha coragem para enfrentar o Governador e quem quer que seja para que a perda dessa vida não tenha sido em vão, porque ela não pode ser mais uma. V. Ex^a trata as coisas com muita naturalidade, banalizando algo que é importante.

V. Ex^a – e concluo, Sr. Presidente – não foi capaz, em nenhum momento, de se colocar no lugar da família enlutada e que neste momento está sofrendo. Será que a família desse delegado vai querer que a vida perdida não signifique nada? Que o Governador trate a situação com naturalidade? Que tente trazer o problema para o palco do enfrentamento eleitoral?

Ele é o Governador, deve assumir suas responsabilidades, em vez de se esquivar, como está fazendo, por incompetência, despreparo, falta de autoridade e, sobretudo, por falta de algo que tenho no meu coração, Deputado Walter Pinheiro, e que o Senador Antonio Carlos Magalhães, que V. Ex^a tanto citou, também sempre teve no coração: amor pela Bahia.

ACM elevou a Bahia – todo mundo sabe disso. ACM transformou a Bahia em um Estado respeitado no Brasil. Jaques Wagner, não: transformou a Bahia, infelizmente, em um Estado enlutado e hoje envergonhado.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Vou conceder-lhe três minutos, Deputado Walter Pinheiro, para a tréplica. Depois vou encerrar esta sessão.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que venho com muita satisfação a este plenário, e vejo a diferença.

Alguns falam em calar a Oposição, acostumados àquela história do mando. Muita gente na Bahia achou ser possível calar as pessoas. Dominavam os meios de comunicação, faziam uso da Polícia, inclusive por meio de escuta a Deputados, para tentar cercá-los e

ameaçá-los. Usavam a estrutura do Judiciário, faziam de tudo, inclusive manipular dados para que o povo baiano não pudesse conhecer a verdadeira situação.

Agora, muitos começam a viver a diferença da Bahia implantada a partir deste Governo, com transparência, democracia, com um Governador que trabalha muito, muito.

Amor pela Bahia... Como amor pela Bahia, se a deixaram com aqueles índices miseráveis de analfabetismo? Como, se a deixaram com um dos piores índices em relação a saneamento? Como, se a deixaram com um dos índices mais baixos do Brasil na área de educação? Como amor pela Bahia, se não tomaram nenhuma providência para que a estrutura de saúde pudesse ter capilaridade. Como amor à Bahia, se abandonaram a estrutura de segurança, deixaram-na sucateada, com delegacias abandonadas, sem Inteligência, sem viaturas, sem nenhum tipo de apoio humano? Como, se no tocante à melhoria salarial dos policiais civis e militares nada foi feito? As coisas foram feitas agora, com muito trabalho, pelo Governador Jaques Wagner.

Portanto, alguns agora, em vez de sugerirem medidas que combatam esses males, tentam aproveitar-se de uma tragédia em momento eleitoral. Isso, sim, é insensibilidade! Isso, sim, é tentar aguçar a dor da família que sofre a perda de um dos seus entes!

Sr. Presidente, há uma diferença muito clara, e ela tem levado à ira e à insensatez. Dirigiram a Bahia por mais de 20 anos e não implantaram nenhuma estrutura capaz de colocá-la no cenário nacional como um dos primeiros Estados na economia, na geração de trabalho e em matéria de segurança. Pelo contrário, sempre dotaram a Bahia das piores condições: o quarto Estado durante muitos anos na economia, mas o pior em serviços públicos, em educação, em saúde.

E eles não suportam com o fato de, em 3 anos e 5 meses, o Governador Jaques Wagner – que por amor à Bahia adotou como sua terra –, até fruto da perseguição que patrocinaram ao longo de toda uma trajetória, tenha mudado o cenário. Talvez isso ainda esteja muito presente na cabeça daqueles que não sabem ainda experimentar este outro momento. Continuarão falando sim, claro. Não nos compete desligar nenhum microfone. Pelo contrário, nós os ligamos muito mais, e o fazemos com maior transparência e informação.

É assim que queremos fazer o debate, público, transparente, mas da verdade, que os baianos hão, tranquilamente, de confirmar agora nesse próximo passo.

Portanto, Sr. Presidente, essa história de que alguns prestam serviço para ser candidatos talvez seja uma das práticas do velho cacique, que mantinha Deputados, Senadores e até parentes como candidatos para tê-los como serviçais na política. Nós, não. Temos uma postura diferenciada; trabalhamos com outra lógica. É a lógica da própria participação popular, prática que dignifica a Bahia.

A Bahia, atualmente, é conhecida nacionalmente como o Estado que mais gera emprego, que mais cresce, mesmo num cenário de dificuldade. A violência atual é fruto da inoperância de Governos passados, que não tiveram coragem de enfrentar o crime organizado. Pelo contrário, juntaram-se a ele, até em financiamento de campanha, Sr. Presidente.

Essa foi a realidade da Bahia.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Agradeço aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Walter Pinheiro o debate sobre as questões de Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Federal Iran Barbosa, do PT/SE, encaminhou pronunciamento à Mesa, para serem publicados na forma regimental.

É O SEGUINTE O DISCURSO, NA ÍNTEGRA, ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO:

O SR. IRAN BARBOSA (PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, faço uso desta tribuna no dia de hoje para saudar e cumprimentar um conterrâneo por quem tenho o maior respeito. Trata-se do Ouvidor-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-Presidente da OAB-Sergipe, Henri Clay Andrade, que nesta quinta-feira, dia 27 de maio, receberá justa homenagem da Câmara Municipal de Aracaju com a outorga do título de cidadania aracajuana. O ato vai realizar-se às 19h30min, na Sociedade Semear.

Natural da cidade de Lagarto, Henri Clay Andrade será agraciado com o título de cidadão aracajuano por sua brilhante atuação frente à OAB de Sergipe.

A homenagem ocorre por iniciativa do Vereador petista Magal da Pastoral.

Destaco que a honraria foi aprovada pela unanimidade da Câmara de Vereadores.

O título é mais do que merecido, e parabeno o Vereador Magal da Pastoral pela iniciativa, assim como

todos os integrantes da Câmara Municipal de Aracaju pela aprovação da honraria.

Henri Clay foi professor do curso de Direito; é advogado militante na área trabalhista, com atuação em defesa da classe trabalhadora; milita na OAB-SE há muitos anos, já tendo sido Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB no Estado, conselheiro seccional e Presidente da OAB-SE por dois mandatos, 2004-2006 e 2007-2009.

Henri Clay atrelou os interesses coletivos e difusos aos interesses corporativos da advocacia em defesa das prerrogativas dos advogados, entendendo que as prerrogativas são do cidadão.

No ano passado, foi eleito conselheiro federal pela OAB-SE, e, neste ano, designado, pelo presidente do Conselho Federal, Ophir Cavalcanti, Ouvidor-Geral do Conselho Federal da OAB.

Parabenizo, portanto, o Ouvidor Geral da OAB e ex-presidente da OAB-SE pelo título que receberá nesta quinta-feira.

Aracaju fica mais robusta, do ponto de vista da cidadania, com a acolhida de Henri Clay como um dos seus cidadãos.

Essas congratulações são extensivas à sua família e aos que, como eu, militaram e/ou militam ao lado do amigo e agora conterrâneo Henri Clay nas diversas causas sociais e sindicais de Sergipe.

Aproveito ainda minha passagem pela tribuna, Sr. Presidente, para pedir que seja garantida ampla divulgação a nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, na qual é expressa a posição da entidade a respeito do exame nacional de ingresso na carreira docente.

Compartilho da visão da CNTE a respeito da Portaria Normativa nº 14, do Ministério da Educação, publicada no **Diário Oficial da União** da última segunda-feira, 24 de maio. Exatamente por isso solicito que a Casa garanta a divulgação do seu texto.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. IRAN BARBOSA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente: visão preliminar da CNTE

A Portaria Normativa nº 14, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, em 24 de maio de 2010, inaugurou a consulta pública sobre a instituição do “Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente”. Com base em resoluções de instâncias e em bandeiras históricas do movimento dos trabalhadores

em educação, leia abaixo o que a CNTE manifesta acerca do assunto.

1. Por se tratar de um tema de extrema importância e amplitude, e, dada sua relação com a perspectiva da carreira nacional do magistério, à qual se juntam as políticas de piso salarial (Lei nº 11.738) e de formação inicial e continuada (Decreto 6.755/09), o correto seria o MEC ter priorizado o debate com os atores educacionais (gestores, trabalhadores, instituições de ensino, dentre outros), a fim de definir a base conceitual e as melhores formas para implantação da proposta. Ademais, a incipiente implementação das políticas de formação e valorização voltadas ao magistério pressupõe outras prioridades que não serão superadas com a realização do Exame Nacional para Contratação de Docentes.

2. Apesar de o Exame destinar-se a contratação de professores, muito já se especula sobre sua possível abrangência à avaliação dos docentes em exercício nas redes de ensino. Quanto a esse ponto, a CNTE entende não ser possível tal extensão, e, desde já, esclarece que lutará contra qualquer eventual sistema de avaliação profissional limitado a provas teóricas e que desconsidere os demais elementos intrínsecos à atividade escolar, bem como a participação dos trabalhadores no processo avaliatório.

3. O concurso público de provas e títulos, expresso no art. 206, V da CF/88, é a forma apropriada para a contratação de servidores da educação escolar pública básica. Neste sentido, é pertinente que a Normativa MEC nº 14/2010 explicita que a contratação, via cadastro nacional, destina-se a cargos públicos efetivos, não se admitindo modalidades precárias, a exemplo de cargos temporários.

4. O ingresso na carreira docente, conforme dispõe a Normativa Ministerial, requer dos entes federados a instituição de planos de carreira para preenchimento dos cargos previstos para a atividade de magistério. Vale lembrar que os principais destinatários da proposta – municípios de menor porte – são os que menos possuem planos de carreira para os servidores da educação básica pública.

5. O fato de o MEC disponibilizar um cadastro nacional de docentes aptos a serem contratados pelos entes federados – principalmente por aqueles com menos condições de realizar concurso público de qualidade e com a devida idoneidade – não garante o preenchimento das vagas em todas as localidades, especialmente em razão das condições de trabalho, dos baixos salários e da falta de perspectiva na carreira. No entanto, a proposta tende a facilitar o acesso de docentes na profissão, desde que os futuros profissionais se sintam atraídos pelas ofertas de empregos públicos.

6. Apesar de a Normativa prever o sigilo dos resultados individuais do Exame (artigos 8º e 9º), a veiculação inapropriada de dados locais e regionais, através de universidades, pesquisadores ou Secretarias de Educação (atores que terão acesso aos resultados do Exame Nacional), sob a ótica do senso comum poderá induzir a perspectiva de **ranking**, o que é um risco do ponto de vista do preconceito étnico-social e profissional.

7. A CNTE lamenta o fato de a proposta do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente não ter sido colocada em debate na 1ª Conae, uma vez que a pluralidade do evento possibilitaria a formatação de um texto democrático e com respaldo da comunidade educacional.

Por fim, informamos que a CNTE está disposta a debater o assunto, razão pela qual requererá assento nas discussões sobre a regulamentação do Exame Nacional.”

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT-RS) – Não temos mais nada a tratar nesta sessão do Congresso Nacional.

Agradeço aos Srs. Parlamentares a presença até este momento e encerro esta sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 16 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO IRAN BARBOSA NA SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 2010, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

**Pronunciamento do Deputado Federal
Iran Barbosa, do PT/SE, na Sessão
Plenária da Câmara dos Deputados, no
dia 20 de maio de 2010.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho a tribuna, hoje, para tratar, novamente, de um tema que abordei, no último dia 12. Trata-se da luta dos trabalhadores do Poder Judiciário de Sergipe que ontem, 19 de maio, encerraram, em meu Estado, uma paralisação de 10 dias por melhores condições salariais e a construção de um plano de carreira e salários para a categoria.

Quero parabenizar aos servidores pelo movimento dos últimos dias e adiantar que os trabalhadores, embora tenham encerrado a paralisação, continuam mobilizados na luta pela garantia de seus direitos.

Essa luta tem o meu total apoio e, exatamente por isto, aproveito a ocasião, para reforçar os apelos no sentido de que a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe atenda às reivindicações da categoria. Gostaria de reforçar, ainda, o pedido para que os dias parados não sejam descontados.

A categoria espera uma posição do TJ e encaminhou ofício à presidência do Tribunal para que sejam abertas as negociações. Os

servidores voltam a se reunir, na próxima semana, no dia 26 de maio. Será uma assembléia para avaliar o movimento e, até lá, faço mais uma vez um apelo para que sejam recebidos e tenham a pauta de reivindicações atendida.

Aproveito a ocasião para pedir que seja garantida ampla divulgação à moção de apoio aos servidores do judiciário do Estado de Sergipe, aprovada e divulgada, ontem, pela Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud). A moção é assinada pela Fenajud e Sindicatos de trabalhadores de outros 14 estados.

Era o que tinha para o momento.

Muito obrigado,

Iran Barbosa (PT-SE)

Texto a que se refere o orador:

MOÇÃO DE APOIO

Na condição de Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados - FENAJUD e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINPOJUD, juntamente com os sindicatos dos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Amapá, Paraíba, Rio de Janeiro, Alagoas, Espírito Santo, pelo presente, manifestamos apoio à Greve dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, conforme deliberação e votado por unanimidade pelos servidores deste Estado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de Abril de 2010. Ao mesmo tempo em que se solidarizam com o movimento, estas entidades, reunidas em Brasília, repudiam o ato da Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe, com o desconto de dias parados sem negociação com a categoria e com o processo em movimento.

Sendo expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília, 19 de Maio de 2010.

MARIA JOSE SILVA

Presidente

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹²Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 42 páginas

OS: 2010/12842